

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS Nº 12.359 - MG
(2002/0006029-1)**

RELATOR : MINISTRO GILSON DIPP
RECORRENTE : MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA ALMEIDA GRACINHA BARBOSA
ADVOGADO : JOSÉ NILO DE CASTRO E OUTRO
RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA ALMEIDA GRACINHA BARBOSA

EMENTA

CRIMINAL. *RHC*. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. *RHC* ANTERIOR, COM TAIS ALEGAÇÕES, JÁ JULGADO POR ESTA TURMA. MERA REITERAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "DADOS TÉCNICOS". AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA DE PLANO. IMPROPRIEDADE DO *WRIT* PARA APROFUNDADO EXAME DA ATIPICIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. Tratando-se de alegações idênticas às formuladas em *RHC* anterior já julgado por esta Turma, configura-se a inadmissível reiteração, razão pela qual não se conhece das questões relativas à possibilidade de requisição, pelo *Parquet*, de documentos ao Poder Legislativo e de que a paciente não teria descumprido as solicitações do Ministério Público, pois apenas teria deixado de encaminhar informações que não diriam respeito aos fatos investigados.

II. A expressão "*dados técnicos*" se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

III. Os documentos e informações requeridas pelo *Parquet* estão inseridos no conceito de "*dados técnicos*", pois dizem respeito, tão-somente, aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP.

IV. A falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, de pronto, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, hipóteses não verificadas *in casu*.

V. O *writ* não se presta para o trancamento de feito por falta de justa causa, se, para análise da alegação, é necessário aprofundado exame acerca da atipicidade.

Superior Tribunal de Justiça

VI. Recurso parcialmente conhecido e desprovido.

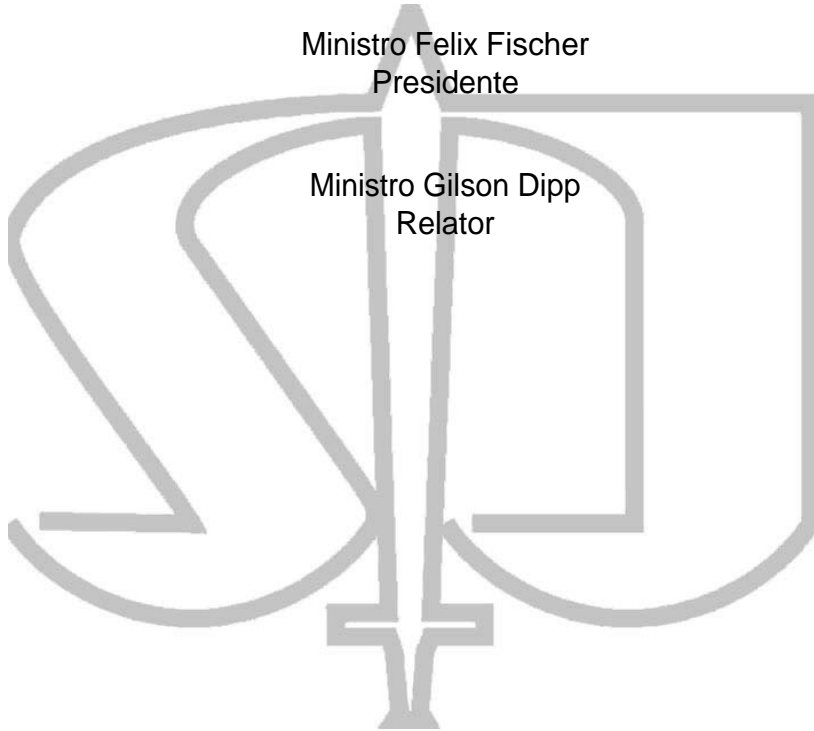
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, A Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Ministro Relator. Os Srs. Ministros Jorge Scartezzini, José Arnaldo da Fonseca e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de maio de 2002(Data do Julgamento).

Ministro Felix Fischer
Presidente

Ministro Gilson Dipp
Relator



RECURSO EM HABEAS CORPUS 12.359 - MG (2002/0006029-1)

RELATÓRIO

EXMº. SR. MINISTRO GILSON DIPP:

Adoto, como relatório, a parte expositiva do parecer ministerial de fls. 367/371, *in verbis*:

"Cuida-se de recurso ordinário em habeas corpus, impetrado por Maria das Graças Oliveira Almeida Gracinha Barbosa, por conduto dos advogados José Nilo de Castro e Flávia Cristina Mendonça Faria, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, denegatório de ordem anteriormente ajuizado, assim ementado:

'EMENTA: HABEAS CORPUS - TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL - ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA - IMPERTINÊNCIA DA ALEGAÇÃO - ORDEM DENEGADA. 'Se o fato descrito na peça acusatória constitui, em tese, a ação criminal típica, descabe a invocação de ausência de justa causa para o procedimento' (RTJ 81/723).' (f. 290).

*Sustentam as razões recursais que a recorrente foi denunciada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela prática do crime previsto no artigo 10, da Lei n.º 7.347/85 c/c o artigo 71, do Código Penal, ao fundamento de que teria permanecido silente às quatro requisições de documentos feitas pelo **Parquet** e de que, ao prestar as informações, o fez de forma desconexa e incompleta.*

Alega não configurado o tipo penal em que foi enquadrada sua conduta, eis que as informações requisitadas não constituem dados técnicos. Aduz, ainda, que não deixou de dar cumprimento às requisições ministeriais, tendo somente deixado de apresentar documentos requisitados que não diziam respeito à investigação e que comprometeriam os trabalhos do Poder Legislativo de Ribeirão das Neves.

Acresce, ainda, o recurso que o Ministério Público não tem atribuição para requisitar informações ao Poder Legislativo, sob pena de malferir o princípio de independência e harmonia dos poderes, pedindo trancamento da ação penal por ausência de justa causa.

Sem contra-razões ministeriais. "

A Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se, às fls. 340/341, pela retificação da distribuição do presente recurso, o que foi acolhido.

Em parecer conclusivo, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fl. 371).

É o relatório.

Em mesa para julgamento.

Ministro Gilson Dipp
Relator

RECURSO EM HABEAS CORPUS 12.359 - MG (2002/0006029-1)

VOTO

EXMº. SR. MINISTRO GILSON DIPP (RELATOR):

Trata-se de recurso ordinário contra acórdão do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou ordem anteriormente impetrada em favor de MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA ALMEIDA GRACINHA BARBOSA, visando ao trancamento da ação penal contra ela instaurada.

A paciente foi denunciada como incurso nas sanções do art. 10 da Lei n.º 7.347/85, c/c o art. 71 do Código Penal, pois, em tese, não teria atendido às requisições de documentos feitas pelo Ministério Público, além de que teria prestado informações de maneira incompleta e desconexa.

Em razões, sustenta-se, em síntese, o seguinte:

a) que o Ministério Público não poderia requisitar informações ao Poder Legislativo, pois tal procedimento violaria o princípio de independência e harmonização dos poderes;

b) que não teria deixado de cumprir às requisições do Ministério Público, sendo que as informações teriam sido pretadas e os documentos pretendidos para análise não diziam respeito às investigações e poderiam comprometer o trabalho do Poder Legislativo de Ribeirão das Neves;

c) que os documentos requisitados pelo *Parquet* não constituiriam atos técnicos.

Pugna-se, então, pelo trancamento da ação penal instaurada contra a paciente, por ausência de justa causa, em razão da atipicidade da conduta praticada.

Inicialmente, como bem ressaltado pela d. Subprocuradoria-Geral da República, quanto às duas primeiras alegações da impetração, no tocante à possibilidade de requisição, pelo Ministério Público, de documentos ao poder Poder Legislativo e de que a paciente não teria descumprido as solicitações do *Parquet*, pois apenas teria deixado de encaminhar informações que não diriam respeito aos fatos investigados, não merece prosperar o presente recurso, tendo em vista tratar-se de mera reiteração do RHC n.º 11.888/MG, julgado por esta Turma em 18/10/2001.

O acórdão referido está a seguir ementado:

"CRIMINAL. RHC. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. LEGALIDADE DA SOLICITAÇÃO, QUE PODE SER DIRIGIDA A QUALQUER DOS PODERES. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. IMPROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE ORDEM IMINENTE DE PRISÃO. LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

I. Não há ilegalidade nos atos investigatórios realizados pelo Ministério Público, que pode requisitar informações e documentos a fim de instruir seus procedimentos administrativos, visando a eventual oferecimento de denúncia, havendo previsão constitucional e legal para tanto.

II. Improcede a alegação de que os Poderes Executivo e Legislativo não estariam obrigados a atender a requisições ministeriais, pois pode ser destinatário da requisição qualquer órgão da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes Públicos.

III. Não se pode aceitar a verdadeira pretensão, da paciente, de se atribuir o direito de escolher o tipo de documentação que deva remeter ao Ministério Público, sob pena de inconcebível inversão de valores e de situações.

IV. É descabido o pretendido reconhecimento de ameaça à liberdade e locomoção, se não há ordem iminente de prisão, mas, ao revés, evidencia-se a mera advertência genérica - prevista em lei - para o caso de ser obstaculizada a investigação afeta ao Ministério Público proceder, o que não pode ser considerado, de plano, ilegal.

III. Recurso desprovido."

(RHC 11.888/MG, de minha relatoria, DJ de 19/11/2001)

Na presente irresignação, verifica-se que foram levantadas as mesmas argumentações do recurso ordinário anteriormente impetrado.

Dessa forma, por se tratar de mera reiteração de feito anteriormente julgado por esta Turma, não conheço do recurso, nesta parte.

Por outro lado, faz-se mister a análise da expressão "*dados técnicos*", empregada no art. 10 da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), cuja prática foi imputada à paciente, o qual dispõe:

"Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público". (grifo nosso)

A impetração refere que os documentos requisitados pelo *Parquet* não podem ser considerados como "*dados técnicos*", no sentido dado pela Lei n.º 7.437/85.

É certo que a mencionada expressão se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

Com efeito. Segundo consta da denúncia, cuja cópia foi juntada às fls. 28/33, o Ministério Público solicitou à paciente, na condição de Presidente da Câmara Municipal do Ribeirão das Neves/SP, por quatro vezes, o envio de informações e cópia de documentos, para o fim de apurar eventuais atos de improbidade administrativa praticados, em tese, no âmbito do Poder Legislativo local, levados ao conhecimento do *Parquet* por meio de duas representações, encaminhadas por Vereadores e por um Deputado Estadual.

As representações acima mencionadas noticiavam a ocorrência de irregularidades na contratação de serviços e servidores para a Câmara Municipal,

Superior Tribunal de Justiça

bem como a utilização indevida de veículos oficiais daquela Casa (fl. 29).

Assim, os documentos solicitados e não fornecidos pela paciente, os quais poderiam estar relacionados à contratos de bens e serviços ou licitações procedidas pela Câmara Municipal, como destacou a Subprocuradoria-Geral da República, só poderiam ser provenientes das atividades exercidas naquela Casa, em razão das necessidades e urgências surgidas.

Daí concluir-se que, ao contrário do que sustenta o recorrente, os documentos e informações requeridas pelo *Parquet* estão, sim, inseridos no conceito de "*dados técnicos*", pois dizem respeito tão-somente aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP.

Dessarte, verifica-se a presença de indícios suficientes para a possível caracterização do delito, tornando-se prematuro o trancamento da ação penal instaurada contra o paciente.

Com efeito. É posição desta Corte que o trancamento da ação, normalmente, é inviável em sede de *writ*, pois dependente do exame da matéria fática e probatória.

A alegação de ausência de justa causa para o prosseguimento do feito só pode ser reconhecida quando, sem a necessidade de exame aprofundado e valorativo dos fatos, indícios e provas, restar inequivocamente demonstrada, pela impetração, a atipicidade flagrante do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação, ou, ainda, a extinção da punibilidade.

Tais hipóteses, contudo, não foram verificadas *in casu*.

Por outro lado, é sabido que a via estreita do *writ* é incompatível com a investigação probatória, nos termos da previsão constitucional que o institucionalizou como meio próprio à preservação do direito de locomoção, quando demonstrada ofensa ou ameaça decorrente de ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, inc. LXVIII).

Dessarte, o *habeas corpus* constitui-se em meio impróprio para a análise de alegações que exijam o exame do conjunto fático-probatório - como a sustentada atipicidade da conduta - tendo em vista a incabível dilação que se faria necessária.

Diante do exposto, conheço em parte do recurso para negar-lhe provimento.

É como voto.

Ministro Gilson Dipp
Relator

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2002/0006029-1

RHC 12359 / MG
MATÉRIA CRIMINAL

NÚMEROS ORIGEM: 231010076967 2535516

EM MESA

JULGADO: 28/05/2002

Relator

Exmo. Sr. Ministro **GILSON DIPP**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ARX DA COSTA TOURINHO**

Secretária

Bela **JUNIA OLIVEIRA C. ROSA E SOUSA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA ALMEIDA GRACINHA
BARBOSA
ADVOGADO : JOSÉ NILO DE CASTRO E OUTRO
RECORRIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA ALMEIDA GRACINHA
BARBOSA

ASSUNTO : Penal - Leis Extravagantes - Crimes de Responsabilidade por Abuso de
Autoridade (Lei 4.898/65 e 5.249)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Jorge Scartezzini, José Arnaldo da Fonseca e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

O referido é verdade. Dou fé.

Brasília, 28 de maio de 2002

JUNIA OLIVEIRA C. ROSA E SOUSA
Secretária